



A toponímia de origem tupi na Região Geográfica Intermediária de Rio Verde (GO)

The Toponymy of Tupi Origin in the Intermediate Geographical Region of Rio Verde (GO)

Marilze Tavares

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul / Brasil

marilzetavares@ufgd.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5874-2635>

Renato Rodrigues-Pereira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul / Brasil

renato.r.pereira@ufms.br

<https://orcid.org/0000-0001-9870-3780>

Resumo: Neste estudo, objetivou-se analisar a toponímia indígena de acidentes físicos de nove municípios da Região Geográfica Intermediária de Rio Verde (GO). Ao orientar-se por princípios teóricos e metodológicos da Toponímia, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: i) verificar a etimologia e os significados dos itens lexicais que passaram a exercer a função de topônimos, como forma de buscar a motivação semântica dessas unidades e classificá-las conforme o modelo taxionômico de Dick (1990a); ii) descrever os dados em termos de produtividade no universo estudado e a estrutura morfológica; iii) comparar os nomes indígenas da região goiana com os do sul de Mato Grosso do Sul, com a intenção de averiguar se a influência de línguas indígenas é a mesma em regiões onde há comunidades autóctones atualmente. A análise demonstrou que os topônimos são, em sua maioria, motivados por elementos da vegetação e da fauna regional. O cotejamento dos dados evidenciou que topônimos de origem Tupi estão nas duas áreas comparadas. Em Mato Grosso do Sul, entretanto, a atual presença de povos indígenas confere à toponímia local características distintas, ou seja, as línguas ainda faladas por essa população interferem diretamente na toponímia da região.

Palavras-chave: Toponímia indígena; Acidentes físicos; Região Geográfica Intermediária de Rio Verde/GO.

Abstract: This study aimed to analyze the indigenous toponymy of physical accidents in nine municipalities in the Intermediate Geographical Region of Rio Verde (GO). By being guided by theoretical and methodological principles of Toponymy, the following specific objectives were established: (i) to verify the etymology and the meanings of the lexical items that came to exercise the function of toponyms, as a way to seek the semantic motivation of these units and classify them according to Dick's taxonomic model (1990a); (ii) to describe the data in terms of productivity in the studied universe and the morphological structure; (iii) to compare the indigenous names of the Goiás region with those of the south of Mato Grosso do Sul, with the intention of ascertaining whether the influence of indigenous languages is the same in regions where there are indigenous communities today. The analysis showed that the toponyms are mostly motivated by elements of the vegetation and the regional fauna. The comparison of the data showed that toponyms of Tupi origin are found in both compared areas. In Mato Grosso do Sul, however, the current presence of indigenous people gives the local toponymy distinct characteristics, i.e., the languages still spoken by this population interfere directly in the region's toponymy.

Keywords: Indigenous toponymy; Physical accidents; Intermediate Geographic Region of Rio Verde/GO.

Recebido em 18 de fevereiro de 2022

Aceito em 18 de maio de 2022

1 Introdução

É de conhecimento comum que os nomes próprios de lugares têm a função principal de especificar os referentes. Muitas vezes, em um processo de interação verbal, apenas os nomes comuns/genéricos – a cidade, o estado, o rio, a rua, o bairro – são utilizados, o que por vezes gera imprecisão, posto que é natural haver mais de um acidente geográfico da mesma classe no local. Por isso, faz-se necessário especificar, utilizando-se de elementos do sistema linguístico em questão para nomear o lugar, surgindo, então, os nomes próprios de lugares, os topônimos.

Além dessa função essencial, que de forma evidente é relativa à orientação espacial, quando os topônimos de uma determinada região se tornam objeto de estudo, a depender das intenções investigativas do pesquisador e dos princípios teóricos e metodológicos adotados,

podem trazer à tona aspectos da cultura, da(s) língua(s) utilizada(s), dos costumes, das crenças, da história de grupos humanos e ainda das características físicas e ambientais que talvez nem existam mais no local.

Nesse contexto, com este artigo, objetivou-se analisar os topônimos de origem indígena que nomeiam acidentes geográficos físicos rurais¹ de municípios da Região Geográfica Intermediária de Rio Verde (GO). Nesse cenário investigativo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: i) verificar a etimologia e os significados dos itens lexicais que passaram a exercer a função de topônimos, como forma de buscar a motivação semântica dos topônimos e classificá-los de acordo com o modelo taxionômico de Dick (1990a); ii) descrever os dados em relação à produtividade no universo estudado e a estrutura morfológica dos topônimos; iii) comparar, em termos de ocorrência, os topônimos indígenas da Região Geográfica Intermediária de Rio Verde com dados toponímicos de origem indígena do sul de Mato Grosso do Sul, com vistas a averiguar se a influência de línguas indígenas é a mesma em regiões onde não há comunidades autóctones atualmente (municípios do sul de Goiás) e onde vive um grande contingente dessa população (municípios do sul de Mato Grosso do Sul). Para tanto, orientam as reflexões expostas neste texto os princípios teóricos e metodológicos da Toponímia, em especial as contribuições de Dick (1990a, 1990b, 1999), Trapero (1995) e Isquierdo (1997). Também interessam ao estudo as reflexões de Sapir (1969) a respeito da relação entre língua e ambiente e as de Ullmann (1973) sobre a função do nome próprio.

2 Aspectos geográficos e históricos do universo estudado

Situada no bioma cerrado, a região reúne árvores e arbustos geralmente distantes uns dos outros, com troncos e galhos retorcidos, casca grossa e folhas recobertas, fatores que ajudam a vegetação a enfrentar os longos períodos de seca, típicos do clima dessa região. Reúne ainda flores, como as orquídeas e as bromélias, frutos, como o pequi (fruta nativa e muito usada em pratos típicos) e mais de 100 espécies de plantas que podem ser utilizadas com fins medicinais (MANSUR, 1998, apud SOUZA; CARVALHO, 2002).

Nesse particular, Casal (1976, p. 147) registra:

¹ Rios, córregos, cachoeiras, serras etc.

Há variedades de plantas medicinais; diversidade de palmeiras; árvores que dão casca para cortumes, boa cinza para decoadas: conhecem-se os grandes jatobás, que suam a goma copal; os angicos que dão outra alambreada: o pau-brasil, e o estimado sebastião-de-arruda são quase inúteis por causa da grande distância, em que ficam dos portos. A planta do tabaco recompensa bem o trabalho, quando cultivada em terreno substancioso, ou bem esterçado. Do fruto das mamoeiras se extrai azeite para luzes. O algodoeiro prospera em muitas partes, e a sua lã fomenta um ramo de indústria, que começa a variar a benefício do provo. As canas-de-açúcar são cultivadas em vários distritos, e entretêm muitos engenhos; do seu suco a maior parte é reduzida à aguardente e rapaduras. Farinha de mandioca, milho, e legumes são as mais abundantes produções da agricultura.

A fauna, por sua vez, é muito diversificada e abriga animais de variadas espécies, como capivaras e antas, às margens dos rios e riachos. Nas matas, onças, tamanduás, macacos, emas, seriemas e pássaros de variadas espécies enriquecem a fauna, além de peixes e anfíbios nos rios e lagos, espalhados por todo o estado. Casal (1976, p. 147), ao tratar da questão da fauna no estado de Goiás, assinala que

[...] os veados, por toda a parte numerosos, fornecem com suas peles um ramo de comércio. As onças, antas, porcos do mato, lobos, ou guarás, macacos, tamanduás, raposas, cotias, quatis, pacas, com outras muitas espécies de quadrúpedes comuns às províncias vizinhas, são aqui mui conhecidas, e geralmente perseguidas: dumas aproveita-se-lhes a carne, doutras apele, e de algumas uma e outra. As perdizes e emas encontram-se freqüentemente nos descampados: os mutuns habitam nos bosques, e com seu lúgubre canto chamam o caçador, que não lhes perdoa: conhecem-se bem os tucanos, os pombos procazes, as aracuãs, as arapongas, os jacus. Grande parte destes viventes morrem freichados pelos selvagens, que os comem sem sal, nem algum outro tempero.

Pelo exposto, vê-se que a vegetação e os animais do cerrado constituem a paisagem do estado e, por consequência, da região investigada. Ressaltam-se, outrossim, as características hídricas da região, posto que o elemento água é de vital importância a toda espécie. A região é possuidora de um relevo caracterizado pela presença de planaltos e

de chapadas, com seus rios, cachoeiras, quedas d'água e corredeiras que possibilitam, para além de uma beleza especial à paisagem, o desenvolvimento daqueles que ocupam o espaço geográfico.

Como pertencentes e representantes de características do espaço geográfico em que se situam, elementos da vegetação e da fauna servem de motivação principal para a nomeação de lugares dos acidentes físicos do recorte analisado, como se constata na sequência deste texto.

No que se refere aos aspectos da colonização, sabe-se que a história do estado está diretamente relacionada à descoberta das primeiras minas de ouro na região nos séculos XVII e XVIII, o que se deu com a chegada das bandeiras que partiam de São Paulo. Até a chegada de colonizadores, parte do estado também foi território de indígenas do grupo denominado Kayapó do Sul, conforme registra Ataídes (2006). Mas esses indígenas teriam sido dizimados logo nos primeiros anos após o início da colonização, especialmente, porque eram vistos como empecilhos ao projeto de povoamento (ATAÍDES, 2006, p. 60). Atualmente, de acordo com Silva; Lima; Souza (2018), três etnias estão presentes no estado: os Ava-canoeiro (entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul); os Karajá (em três áreas descontínuas de Aruanã); e os Tapuia (em Rubiataba e Nova América), que, em defesa de seu território, teriam resistido às investidas das empreitadas de colonização na região.

3 Fundamentação teórica

A Onomástica é o campo da Linguística que se ocupa em estudar os nomes próprios, e se subdivide principalmente, em Toponímia (estudo de nomes geográficos) e Antroponímia (estudo de nomes e sobrenomes de pessoas). A Toponímia, a partir da qual alicerça-se este texto, é uma área de estudo que se relaciona diretamente com a Linguística, porque, em geral, investiga principalmente aspectos linguísticos dos nomes de lugares e, sempre que necessário, busca epistemologias de outras áreas do conhecimento, a exemplo da História, da Geografia, da Antropologia, entre outras, a depender dos objetivos da pesquisa, caracterizando-se como uma disciplina de caráter interdisciplinar.

A esse respeito, Dick (1990a) destaca a importância de se considerarem aspectos geográficos, históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que motivaram o surgimento dos nomes e sua subsistência. Dessa forma, tendo em vista também os diversos saberes

que podem estar relacionados à disciplina, Trapero (1995, p. 21, tradução nossa²) defende:

Toponímia é uma disciplina cujos problemas têm sido compartilhados pela Linguística, Geografia, História, Botânica, Arqueologia, Antropologia. E todas elas reivindicando um “direito” de propriedade. Mas será preciso concordar que mais (não digo exclusivo) “direito” do que qualquer uma tem a Linguística, como perspectiva que tenta explicar uma porção do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua.

De qualquer forma, atualmente, os estudos toponímicos realizados a partir da perspectiva da Linguística partem do pressuposto de que aspectos geográficos, históricos e culturais do ambiente circundante, dentre outros, estão refletidos nos nomes, que são itens lexicais, constituintes da língua. Nesse sentido, mencionam-se as palavras de Sapir, que ao relacionar língua e ambiente, adverte:

[...] convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, flora e os recursos minerais. Por fatores sociais entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1969, p. 44).

Tanto os fatores físicos como as forças sociais mencionadas por Sapir, com frequência, podem ser evidenciados nos designativos geográficos de um modo geral, como comprovam os diversos trabalhos realizados sobre a toponímia brasileira e a estrangeira. Isso ocorre porque,

² No original: “La toponimia es una disciplina cuya problemática se la han repartido la lingüística, la geografía, la historia, la botánica, la arqueología, la antropología. Y todas ellas alegando un “derecho” de propiedad. Pero habrá que convenir que más (no digo exclusivo) “derecho” que ninguna tiene la lingüística, como perspectiva que trata de explicar una parcela del léxico de un lugar, de una región, de una lengua.”

conforme explica Dick (1990b), um topônimo é um signo linguístico com função e características específicas.

O topônimo, embora seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, *marcando-o duplamente*: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado (DICK, 1990b, p. 18).

Nota-se que esse duplo aspecto do topônimo é ressaltado por Dick como uma de suas principais características. A pesquisadora destaca dois momentos importantes no processo denominativo que caracteriza a motivação do topônimo, que ocorrem, primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, de acordo com circunstâncias de natureza objetiva ou subjetiva e, “a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas” (DICK, 1990b, p. 18). É possível, desse modo, verificar nos designativos geográficos uma significação precisa relativa a aspectos físicos ou antro-po-culturais.

É preciso considerar que, segundo Ullmann (1973, p.155), o nome próprio tem como principal função “identificar e não significar”. Nesse raciocínio, para o autor, a função de um topônimo seria a de identificação e não a de significação. Dick, entretanto, pondera:

[...] a ideia de indicação de algo ou de identificação dos seres, que teóricos da linguagem costumam aplicar aos nomes próprios, opondo-se aos nomes comuns, cuja principal evidencia seria a de “identificar”, não deveria ser aceita com rigor, nas ciências onomásticas. Pois, tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais (DICK, 1990a, p. 40-41).

Da mesma forma que Dick, Isquierdo (1997, p. 31-32) lembra:

[...] o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois, de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido [...] é preciso atentar

para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador.

E é nesse contexto que se pretendeu verificar, em um conjunto de topônimos indígenas, de municípios do estado de Goiás, aspectos do ambiente físico e/ou cultural. Para isso, considera-se que um dos procedimentos mais adequados é a averiguação das motivações dos topônimos, que certamente aponta para o ambiente externo, entendendo-se ambiente, conforme Sapir (1969).

Neste estudo, para análise da motivação, utiliza-se o modelo taxionômico de Dick (1990b, p. 31-34). A autora organiza os termos utilizados para a classificação a partir da “adoção de um prefixo nuclear (greco-latino), de característica nocional, relativo a um dos dois campos de ordenamento cósmico, o físico e o humano, com acréscimo do termo ‘topônimo’, para dar a justa medida do campo de atuação da unidade onomástica.” (DICK, 1999, p. 142). Com isso, após algumas reformulações, chega-se, por exemplo, a categorias como a dos *fitotopônimos*, que incluem os nomes de acidentes geográficos motivados por elementos de natureza vegetal, a exemplo de córrego *Buriti* (Caçu/GO) e serra da *Guariroba* (Caçu/GO). Da mesma forma, tem-se a categoria dos *zootopônimos* para se referir aos nomes de índole animal como serra do *Jacaré* (Paranaiguara/GO) e ilha da *Capivara* (São Simão/GO). As demais taxes do modelo, composto de 27 categorias³, serão definidas conforme necessidade na seção de análise dos dados deste estudo.

No que se refere ao exame da estrutura morfológica dos topônimos, consideraram-se também as orientações de Dick (1990b) para quem o sintagma toponímico é composto de um termo ou elemento genérico que será particularizado por um termo ou elemento específico, isto é, por um nome próprio ou topônimo. Os topônimos serão simples quando formados de apenas um elemento e, nesse caso, poderão ou não receber sufixos (diminutivos, aumentativos, entre outros), como em córrego do *Sucurizinho* (Itarumã/GO) e córrego *Taperão* (Caçu/GO); serão compostos, quando formados de “mais de um elemento do ponto de vista do conteúdo” como córrego *Lagoa Bonita* (Deodópolis/MS) e córrego do *Morro Redondo* (Caçu/GO). Já aqueles constituídos por elementos linguísticos de diferentes procedências são considerados híbridos, a exemplo de córrego *Ponte Ipê* (Novo Horizonte do Sul/MS), córrego *Capim Podre* (Quirinópolis/GO).

³ O modelo completo pode ser consultado em Dick (1990b).

Tendo em vista que a investigação se volta para a ocorrência de topônimos indígenas na região estudada, convém mencionar que as línguas indígenas, sobretudo a Tupi, são uma constante na toponímia brasileira. A esse respeito, Sampaio (1987, p. 63) afirma que:

[...] não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas. As nossas montanhas, os nossos rios, as cidades como os simples povoados, trazem geralmente nomes bárbaros que o gentio, dominador outrora, lhes aplicou, que os conquistadores respeitaram e que hoje são de todos preferidos, pois, não raro, trocam-se, substituem-se nomes portugueses de antigas localidades por outros de procedência indígena, às vezes lembrados ou compostos na ocasião, às vezes restaurados pelos amadores de coisas velhas e tradicionais.

De acordo com o autor, muitos nomes portugueses foram, inclusive, substituídos por nomes indígenas. Essas palavras, porém, referem-se a uma realidade observada há mais de um século, por ocasião da primeira edição de sua obra (1901). Atualmente, talvez não seja possível mais dizer que os designativos de origem indígena predominem na toponímia do Brasil, ainda que presentes com um grau importante de recorrência em todo o território brasileiro.

Conforme registra Sampaio (1987, p. 68-69), o Tupi se espalhou por uma grande superfície do país não pela força dos grupos indígenas, mas em razão das expedições dos colonizadores europeus, que adentravam os sertões e difundia o idioma que também era chamado de *língua geral*. O português, nesse contexto, era a língua oficial no Brasil, mesmo sendo a língua indígena a mais usada. No que se refere às denominações geográficas, o tupinólogo acrescenta que mesmo em regiões onde nunca houvera habitado um grupo Tupi, esse idioma prevaleceu.

Nesse contexto e consoante os objetivos estabelecidos para este artigo, apresentam-se, a seguir, os dados e as respectivas análises.

4 Apresentação e análise dos dados

Conforme anunciado na Introdução deste texto, o universo selecionado para a pesquisa foram os municípios que integram a Região Geográfica Intermediária de Rio Verde do estado de Goiás⁴, como detalhado no Quadro 01.

⁴ Conforme material intitulado *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*

Quadro 01 – Regiões e municípios abrangidos pela pesquisa

Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Municípios pesquisados
Rio Verde	Quirinópolis	Gouvelândia, Quirinópolis, São Simão, Paranaiguara
	Rio Verde	Cachoeira Alta, Caçu, Lagoa Santa, Itajá, Itarumã

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2017)

Para a coleta dos dados, foram consultados os mapas oficiais do IBGE na escala de 1:100.000, selecionando-se, para este estudo, apenas aqueles topônimos que teriam origem tupi. Para essa seleção, foi utilizada, prioritariamente, a obra *O tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio (1928)⁵. A partir dessa coleta, o *corpus* ficou constituído por 130 topônimos relativos a acidentes físicos, em sua maioria nomes de córregos, que estão apresentados na sequência.

No que se refere à análise, os topônimos foram examinados em termos de produtividade e de motivação (cf. DICK, 1990b). Além disso, consoante os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, os dados desse recorte geográfico de Goiás, que, ressalta-se, são o foco deste estudo, foram cotejados com os dados – também coletados de mapa do IBGE – de um recorte do Sul de Mato Grosso do Sul, estado que faz divisa com Goiás.

No Quadro 02, a seguir, são apresentados todos os dados da região de Goiás. Na primeira coluna, estão os nomes dos municípios e, na segunda, os sintagmas toponímicos (elemento genérico + elementos específicos). Outrossim, há de se notar que o número que se encontra após alguns topônimos indica a quantidade de vezes que o nome aparece no mapa daquele município, o que significa, pelas consultas realizadas, que um mesmo nome designa mais de um lugar no espaço geográfico.

⁵ Essa obra, que tem sua primeira edição no ano de 1901, é amplamente utilizada pelos pesquisadores da área de Toponímia no Brasil, especialmente quando se trata de um recorte relativo à toponímia indígena.

Quadro 02 – Topônimos de origem tupi da Região Geográfica Intermediária de Rio Verde (GO)

Municípios	Sintagmas toponímicos
Cachoeira Alta	córrego Bacuri, córrego Buriti (2), córrego do Buriti Grande, córrego Buritizinho, córrego do Caju, córrego do Capão Grande, córrego Indaiá, córrego Jatobá, córrego Jeribá, córrego Mombuca, córrego Mutum, serra Pirapitinga, córrego Pirapitinga, córrego da Taperinha
Caçu	córrego do Buriti, córrego Caiapó, córrego da Capoeira, córrego do Cupim, córrego Guariroba, córrego da Guariroba (2), serra da Guariroba, córrego Jacaré, córrego do Jatobá, córrego Macaúba, córrego da Macaúba (2), córrego Macuco, rio Paranaíba, córrego Pindaíba, córrego Samambaia, córrego Sapé, ribeirão do Sapé, serra da Sucuri, córrego da Sucuri, córrego do Sucuri, córrego da Taboca, córrego Tapera, córrego Taperão (2)
Gouvelândia	córrego Buriti Alto, córrego do Buriti, córrego da Pindaíba, lagoa do Quati, lagoa da Taboca
Itajá	rio Aporé, córrego Bacuri, córrego Buriti, córrego do Imbé, córrego do Jaburu, córrego Lambari, rio Paranaíba, córrego da Pitanga, córrego do Sapé, córrego do Sapezinho
Itarumã	córrego do Buriti Comprido, córrego Buriti Fechado, córrego do Capim, córrego da Capoeira, córrego Guariroba, córrego Lambari, córrego Macaúba, córrego da Mombuca, rio Paranaíba, córrego Pequi, córrego Quati, córrego Samambaia, córrego Seriema (Siriema), córrego Sucupira, córrego do Sucurizinha, serra da Sucurizinha, córrego Taboca, córrego da Taboca, córrego da Tapera, córrego Tucano
Lagoa Santa	rio Aporé, córrego do Buriti, córrego do Buritizinho, córrego do Jaborandi, córrego Mandaguari, córrego da Pindaíba, córrego do Sapé
Paranaiguara	córrego do Jacá, serra do Jacaré, ribeirão do Jacaré, córrego Jeribá (2), córrego da Macaúba, rio Paranaíba, córrego do Sapé (2), córrego do Sapezinho, córrego Sarandi, córrego Sucupira, córrego da Taboca (2)
Quirinópolis	córrego da Araponga, córrego da Arara, córrego do Buriti Triste, córrego Buritizinho, lagoa do Capão Seco, córrego Capim Podre, córrego da Capoeira, córrego da Guariroba (2), córrego Inhuma, córrego Jaraguá, córrego Jatobá, córrego do Jenipapo, córrego do Lambaria, córrego da Macaúba, córrego do Mutum, córrego Quati, córrego do Sapé, córrego Sucuri, do Sucuri, córrego Taboca, serra da Taboca, córrego Tapera (2), córrego da Tapera, córrego Tinguá, córrego do Urubu,
São Simão	ilha da Capivara, córrego Jatobá, córrego Jenipapo, rio Paranaíba

Fonte: Elaboração própria, com base nos mapas do IBGE.

Excluindo-se as repetições, chega-se a um total de 47 itens lexicais em função toponímica, apresentados no Quadro 03 a seguir. Nesse Quadro estão transcritas, ademais, as etimologias e/ou significados que subsidiam a classificação dos topônimos (DICK, 1990a), também registrada na terceira coluna do quadro. Para a verificação das etimologias e significados, foram utilizadas as seguintes obras: Sampaio (1928); Tibiriçá (1985); Houaiss (2009).

Salienta-se que esse primeiro procedimento de análise, isto é, a elucidação da etimologia e do significado se faz necessário, tendo em vista que um dos objetivos deste estudo é analisar a motivação dos topônimos, o que é realizado, segundo a opção teórica dos autores, a partir do significado das formas linguísticas que passam a nomes próprios de lugares.

Na sequência da análise, são apresentadas considerações sobre os itens lexicais em função toponímica mais recorrentes, seguidas da análise da motivação de todos os topônimos do universo estudado. Para tanto, foi elaborado o Gráfico 1, como forma de possibilitar uma visualização quantitativa dos dados a partir das taxinomias utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 03 – Itens lexicais de origem indígena em função toponímica na Região Geográfica Intermediária de Rio Verde

Item lexical	Etimologia/significado em português	Taxionomia
aporé	Do tupi <i>apari</i> , <i>abar-y</i> , “rio do índio” (TIBIRIÇÁ, 1985).	hidrotopônimo
araponga	Do tupi <i>guiráponga</i> , pássaro cujo canto soa como a pancada de um martelo (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
arara	Do tupi <i>arara</i> , grande papagaio (HOUAISS, 2009).	zootopônimo
bacuri	Do tupi <i>ybácury</i> ou <i>ybácuri</i> , “o fruto contínuo, apressado; o que frutifica de prompto” (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
buriti/ buritizinho	Do tupi <i>mbiriti</i> , palmeira, a árvore que solta líquido” (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
caiapó	Do tupi <i>kaia’pó</i> , o que traz fogo na mão, incendiário, queimador (HOUAISS, 2009).	etnotopônimo ⁶
caju	Do tupi <i>acaju</i> , <i>aca-yú</i> , “o pomo amarelo, o caju” (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
capão	Do tupi <i>capão</i> : corr. <i>caápâu</i> , ilha de mato crescido e isolado no campo (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
capivara	Do tupi <i>caapiruára</i> , animal roedor de grande porte, comedor de capim (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
capoeira	Do tupi <i>caá-puera</i> , relativo ao mato fino que nasce após a derrubada de uma floresta (TIBIRIÇÁ, 1985).	fitotopônimo
cupim	Do tupi <i>copi-i</i> , a formiga branca (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo

⁶ Apesar do significado etimológico apresentado, para a definição da motivação, considerou-se o sentido mais usual, também registrado na obra lexicográfica consultada, isto é, “nome de um grupo étnico”.

guariroba	Do tupi <i>guara-iroba</i> , espécie de palmito amargo (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
imbé	Do tupi <i>y-mbé</i> , planta rasteira e trepadeira (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
indaiá	Do tupi <i>indayá</i> : “corr. <i>Andáyá</i> ”, palmeira; amêndoas, cocos caídos (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
inhuma	Do tupi Anhumas, ave da família dos palamedeidos (TIBIRIÇA, 1985).	fitotopônimo
jaborandi	Do tupi <i>ya-mbo-r endí</i> , planta medicinal da família das <i>Pilocarpu senalifolius</i> (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
jaburi	Do tupi <i>yambi’ru</i> , pássaro conhecido no sul do Brasil como <i>tuiuíú</i> (HOUAISS, 2009).	zootopônimo
jacá	Do tupi <i>ayacá</i> , que corresponde a um cesto feito de taquaras, cujo formato é cilíndrico (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
jacaré	Do tupi <i>ya-caré</i> , animal torto ou sinuoso; ou “ <i>y-echá-caré</i> ”, animal que olha de banda (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
jaraguá	Do tupi <i>yaraguá</i> , planta de fibras têxteis (TIBIRIÇA, 1985).	fitotopônimo
jatobá	Do tupi <i>yatay-ybá</i> , contracto em <i>yat-ybá</i> o fruto do <i>yatahy</i> (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
jenipapo	Do tupi <i>yandipab</i> ou <i>yanipab</i> , fruto que dá suco. <i>Yandi</i> ou <i>nhandi</i> = suco, óleo; <i>ipab</i> = fruto da ponta (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
jeribá	Do tupi <i>jiribá</i> , o fruto de cacho, e também, a palmeira esbelta, graciosa da mata virgem (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
lambari	Do tupi <i>aramberí</i> , um pequeno peixe de água doce semelhante à sardinha (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
macaúba	Do tupi <i>macá-yba</i> , espécie de palmeira (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
macuco	Do tupi <i>macucu</i> , <i>ma-cú-cú</i> , referência à ave com esse mesmo nome (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
mandaguari	Du tupi <i>manda-gua</i> que corresponde espécie de abelha indígena (SAMPAIO 1928).	zootopônimo
mombuca	Do tupi: corr. a <i>mô-buca</i> , abelha silvestre (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
mutum	Do tupi “ <i>my-t-ú</i> , a pele negra”, ave encontrado no sudeste do país (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
paranaíba	Do tupi <i>paranáayba</i> , o grande caudal ruim, de navegação impraticável (SAMPAIO, 1928).	hidrotopônimo
paxé	Paxé – <i>pajé</i> : espécie de sacerdote, curandeiro (TIBIRIÇA, 1985).	hierotopônimo
pequi	Do tupi <i>peki</i> , fruta silvestre das regiões tropicais (TIBIRIÇA, 1985).	fitotopônimo

pindaíba	Do tupi <i>pinda'ya</i> , que se refere à planta que era utilizada pelos indígenas para fazer vara de anzol (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
pirapitinga	Do tupi <i>pyrapitinga</i> , um peixe da família dos caracídeos (CUNHA, 1978).	zootopônimo
pitanga	Do tupi <i>pi'tanga</i> , fruto da pitangueira de cor avermelhado, pardo, cor de cobre (HOUAISS, 2009).	fitotopônimo
quati	Do tupi <i>quati</i> , animal mamífero e carnívoro (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
samambaia	Do tupi <i>çama-mbai</i> , planta social e invasora composta de filamentos emaranhados (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
sapé/ sapezinho	Do tupi <i>eçá-pé</i> , gramíneas, cujas folhas são muito utilizadas para cobertura de habitações rústicas (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
sarandi	Do tupi <i>çarandyba</i> , vigas que servem para deslizar as madeiras (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
seriema	Do tupi <i>sari'ama</i> , ave de plumagem cinzenta com tons pardos ou amarelados e um feixe de penas eriçadas na base do bico vermelho (HOUAISS, 2009).	zootopônimo
sucupira	Do tupi <i>sibipira ~ cebepira</i> , madeira resistente que recebe um bom polimento (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
sucuri/ sucurizinho	Do tupi <i>çuu-curi</i> , serpente aquática de coloração marrom, verde ou olivácea com grandes manchas pretas arredondadas (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
taboca	Do tupi <i>ta-bóca</i> , haste furada, o tronco oco, espécie de bambu (SAMPAIO, 1928).	fitotopônimo
tapera/ taperão	Do tupi <i>tab-éra</i> , a aldeia extinta, a ruína, lugar onde existiu uma povoação (SAMPAIO, 1928).	ecotopônimo ⁷
tinguá	Do tupi <i>ti-guá</i> ou <i>tin-guá</i> = bico ou nariz ponteagudo, o pico (SAMPAIO, 1928).	geomorfotopônimo
tucano	Do tupi <i>tu-quã</i> , ave de exagerado (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo
urubu	Do tupi <i>uru-bu</i> , ave carnívora de cor negra (SAMPAIO, 1928).	zootopônimo

Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos itens lexicais que mais produziram topônimos, destacam-se *buriti* (14 ocorrências), *tapera* (09 ocorrências),

⁷ Para essa classificação, considera-se o sentido de “residência ou fazenda em ruínas”, também registrado em Houaiss (2009).

sapé (09 ocorrências), *sucuri* (08 ocorrências), *guariroba* (07 ocorrências) e *taboca* (07 ocorrências), que aparecem em topônimos simples, ou seja, constituídos de apenas um item lexical, com ou sem sufixos, ou em topônimos compostos, constituídos de duas ou mais lexias. Na sequência, estão exemplos de topônimos formados por esses itens lexicais de origem indígena mais recorrentes no *corpus*.

Buriti aparece em sua forma autônoma – *córrego do Buriti* (Caçu, Lagoa Santa, Itajá, Gouvelândia, Cachoeira Alta), com acréscimo de sufixo – *córrego do Buritzinho* (Lagoa Santa, Quirinópolis, Cachoeira Alta) e em estruturas compostas com acréscimo de qualificativos – *córrego do Buriti Comprido* (Itarumã), *córrego Buriti Fechado* (Itarumã), *córrego do Buriti Triste* (Quirinópolis), *córrego do Buriti Alto* (Gouvelândia), *córrego do Buriti Grande* (Cachoeira Alta).

Trata-se de um item lexical cuja ocorrência é muito significativa na toponímia de todo o Brasil, especialmente em regiões onde predomina o bioma cerrado. Em Pereira (2009), a partir da comparação dos dados toponímicos referentes à Microrregião de Quirinópolis/Sul Goiano, com os do Bolsão Sul-mato-grossense e de parte do Triângulo Mineiro, houve a constatação dessa importante produtividade, evidenciando, dentre outros aspectos, características toponímicas nessa região de fronteira. O mesmo acontece em Isquierdo e Seabra (2010) que, por seu turno, observando a recorrência de *buriti* na toponímia de Mato Grosso do Sul e na de Minas Gerais, desenvolveram o estudo intitulado “A trilha dos *buritis* no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímica de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul”. Mais recentemente, Pimentel (2020) também divulgou pesquisa sobre a presença de topônimos formados a partir de *buriti* em uma região específica de Minas Gerais – “Breve estudo sobre a ocorrência de *Buriti* e de suas variantes como designativos toponomásticos na mesorregião Central Mineira”.

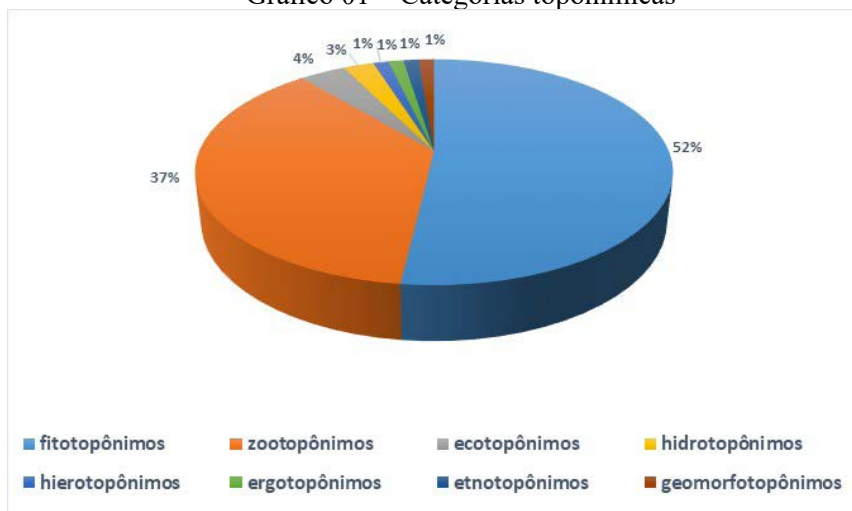
O item *tapera* e as formas com acréscimo de sufixo, *taperão* e *taperinha* estão em segundo lugar em número de ocorrências, sendo verificados em nomes de acidente hídricos de alguns municípios, como em *córrego Tapera* (Caçu, Quirinópolis), *córrego Taperão* (Caçu), *córrego da Tapera* (Itarumã, Paranaiguara, Quirinópolis). Também em segundo lugar está o item *sapé* e sua forma no diminutivo, *sapezinho*, que aparecem em *córrego Sapé* (Caçu, Itajá), *ribeirão do Sapé* (Caçu), *córrego do Sapé* (Lagoa Santa, Paranaiguara, Quirinópolis), *córrego do Sapezinho* (Itajá, Paranaiguara).

Já o nome da serpente, *sucuri*, é o terceiro que mais produziu topônimos no recorte analisado. Ocorre com e sem acréscimo do sufixo indicativo de diminutivo, dando origem aos seguintes topônimos: *córrego da Sucuri* (Caçu), *córrego do Sucuri* (Caçu, Quirinópolis), *serra da Sucuri* (Caçu), *serra da Sucurizinha* (Itarumã), *córrego do Sucurizinho* (Itarumã), *córrego Sucuri* (Paranaiguara, Quirinópolis).

Ainda entre os mais recorrentes, estão *guariroba* e *taboca* que também nomeiam diferentes tipos de acidentes em vários municípios: *córrego Guariroba* (Caçu, Itarumã), *córrego da Guariroba* (Caçu, Quirinópolis), *serra da Guariroba* (Caçu); *córrego da Taboca* (Itarumã, Paranaiguara), *serra da Taboca* (Quirinópolis), *lagoa da Taboca* (Gouvelândia).

No que se refere às taxinomias toponímicas, considerando o modelo adotado para o estudo, apresenta-se o Gráfico 01, que informa os percentuais de cada taxa recorrente no *corpus*.

Gráfico 01 – Categorias toponímicas



Fonte: Elaboração própria

Considerando a classificação dos 130 topônimos deste estudo a partir das 27 categorias de Dick (1990a), obteve-se uma produtividade maior de *fitotopônimos*, ou seja, 52% dos acidentes geográficos físicos da região são nomeados com vocábulos de índole vegetal. Os *fitotopônimos*,

como signos linguísticos “transparentes” por natureza, revelam motivações inspiradas na vegetação. Sobre a presença de elementos da vegetação na nomenclatura onomástica de procedência indígena, Sampaio (1987, p. 144) já havia observado que:

Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o freqüente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer.

Além dos *fitotopônimos* mais recorrentes já mencionados, a título de exemplificação citam-se os seguintes: córrego *da Macaúba* (Caçu, Quirinópolis, Paranaiguara), córrego *Jatobá* (Cachoeira Alta, Quirinópolis, São Simão), córrego *da Pindaíba* (Gouvelândia, Lagoa Santa), córrego *Bacuri* (Cachoeira Alta, Itajá).

A segunda categoria mais recorrente, com 38% dos designativos do recorte examinado, foi a dos *zootopônimos*, utilizada para classificar os nomes de lugares que fazem referências a elementos da fauna. Dick (1990a, p. 255), sobre o assunto, afirma que a presença dos animais entre as fontes motivadoras da toponímia brasileira é menos frequente em relação a outras categorias de uso mais difundido, o que não significa que os *zootopônimos* sejam pouco importantes, segundo a própria autora. Apesar dessa constatação, diversas pesquisas recentes⁸ têm apontado que a categoria dos *zootopônimos* está entre as mais produtivas quando se examinam os topônimos de acidentes físicos, independentemente da origem linguística.

Vale registrar que não só a presença da variedade de animais justifica a tendência do homem em atribuir aos acidentes geográficos

⁸ Brandão; Ribeiro e Abade (2020), por exemplo, em estudo recente sobre acidentes físicos dos municípios do Portal do Sertão (BA), concluem que as categorias mais produtivas são, na ordem, os zootopônimos, os fitotopônimos e os ergotopônimos. Já Souza e Martins (2017), ao examinar os nomes geográficos de origem indígena da zona rural da região do Baixo Acre, constatam que os fitotopônimos, os zootopônimos e os hidrotopônimos são os mais recorrentes no recorte examinado.

nomes relativos a espécies da fauna, mas também a sua importância. Entre os nativos, por exemplo, os animais eram – e ainda são em algumas regiões do país – indiscutivelmente importantes para a alimentação. Do *corpus*, os designativos córrego do *Lambari* (Itajá, Quirinópolis), serra *Pirapitinga* (Cachoeira Alta), serra do *Jacaré* (Paranaiguara), ilha da *Capivara* (São Simão) têm motivação em animais que podem ser utilizados na alimentação. Além disso, outros animais, aqueles que representam perigo ou incômodo, também costumam inspirar a escolha do nome de acidentes geográficos como é o caso da *sucuri*, representada em vários topônimos já citados.

A respeito da presença animal como fonte motivadora, interessa mencionar ainda a observação de Stewart (1954, p. 4-5). Ao distinguir entre os *incident names* e os *descriptive names*, o autor afirma que não é necessário que o animal seja abundante no local ou característicos dele para se tornar motivação de um nome de lugar. Muitas vezes, a presença ocasional de um animal no local ou próximo dele poderá motivar aquele que atribui o nome. É possível, então, que determinado córrego receba o nome *Sucuri* sem que, necessariamente, essa serpente tenha sido ali encontrada em algum momento pelo designador. É necessário registrar, no entanto, que todos os animais que emprestaram seus nomes à toponímia analisada fazem parte da fauna regional, estando sempre, de uma forma ou de outra, vinculados à realidade do denominador.

As demais categorias toponímicas verificadas no *corpus* são pouco expressivas, como se pode verificar a partir dos dados percentuais disponíveis no Gráfico 01 alhures. Os *ecotopônimos*, por exemplo, estão representados apenas pelas lexias *tapera*, *taperão* e *taperinha* nos topônimos já exemplificados. Vale esclarecer que, segundo Dick (1990b, p. 33), incluem-se nessa categoria os “topônimos relativos às habitações de um modo geral”.

Como *hidrotopônimos*, foram classificados dois designativos: rio *Aporé* (Itajá, Lagoa Santa) e rio *Paranaíba* (Caçu, Itajá, Itarumã). Quando se analisam os sentidos etimológicos, esses dois sintagmas toponímicos constituem casos de pleonasmos, uma vez que na estrutura do nome já estaria incluída a forma linguística que significa rio. De acordo com Backheuser (1949, p. 169), isso aconteceu, em alguns momentos, porque “[...] o estrangeiro ignorante da língua local, ao ouvir a palavra, considera-a como peculiar àquele dado acidente e passa assim a nomeá-lo nas descrições e levantamentos”.

Ainda sobre a categoria dos *hidrotopônimos*, registra-se que, em geral, quando se estuda a toponímia de acidentes físicos, de origem indígena ou não, eles costumam ter mais destaque, entre outras razões pelo que afirma Dick (1990b, p. 196): “o aparecimento de topônimos, nos mais diferentes ambientes, revestindo uma natureza hídrica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida”.

Por fim, as categorias dos *ergotopônimos*, dos *etnotopônimos*, dos *geomorfotopônimos* e dos *hierotopônimos* tiveram apenas uma ocorrência cada, estando representadas, respectivamente, por córrego *do Jacá* (Paranaiguara), córrego *Caiapó* (Caçu), córrego *Tinguá* (Quirinópolis) e córrego *Paxé* (Itajá).

Vale ressaltar que, de acordo com o que registra Pereira (2009, p. 62-63), a partir de suas pesquisas, os indígenas do grupo Kayapó⁹, cuja língua pertence ao tronco Macro-jê, representaram um sério obstáculo para colonizadores do Centro-Oeste brasileiro porque travavam guerras em defesa de suas terras. Apesar da presença significativa desse grupo no estado de Goiás no final do século XIX e início do século XX, há apenas essa referência ao grupo étnico no recorte toponímico investigado.

Já em relação a *paxé*, não foram encontrados registros escritos, mas supõe-se que a unidade seja uma forma variante de *pajé* e por isso foi incluída na categoria dos topônimos que remetem à religiosidade. Já para inclusão do topônimo *Tinguá* na taxionomia dos geomorfotopônimos, tendo em vista o sentido etimológico registrado no Quadro 03, numa perspectiva metafórica, tem-se também o sentido de ponto mais elevado de um monte, de uma montanha, fazendo referência, portanto, a aspecto do relevo.

No que se refere à expansão e ao domínio da língua Tupi na geografia brasileira, Sampaio (1987, p.71) registra que, à época das Bandeiras, conforme as regiões iam sendo descobertas, recebiam nomes tupis, independentemente de ter ali habitado ou não um grupo dessa etnia e explica que “[...] no planalto Central, onde dominam povos de outras

⁹ De acordo com informações do Instituto Socioambiental, “Os próprios [Kayapó] não se designam por esse termo, lançados por grupos vizinhos e que significa ‘aqueles que se assemelham aos macacos’, o que se deve provavelmente a um ritual ao longo do qual durante muitas semanas, os homens kayapó, paramentados com máscaras de macacos, executam danças curtas”. Isso explica o fato de, apesar de o povo pertencer ao tronco Macro-Jê e a denominação (Kayapó) estar registrada com origem Tupi (ainda que essa origem também seja controversa).

raças, as denominações dos vales, rios e montanhas e até das povoações são pela maior parte da língua geral”. Dessa observação do tupinólgo, importa destacar, em especial, que os estudos toponímicos da atualidade têm demonstrado que, em praticamente todos os recortes de toponímia que se referem a acidentes geográficos (físicos principalmente), em alguma medida, há ocorrência de nomes de origem Tupi.

Ademais, ressalta-se que, havendo a tendência mencionada no parágrafo anterior, a fixação de grupos indígenas em uma região pode ser um fator determinante para uma maior ocorrência de nomes indígenas na geografia local, como demonstra-se na sequência.

Assim, de acordo com os objetivos deste estudo, os dados coletados na região sul de Goiás foram cotejados com os coletados na região sul de Mato Grosso do Sul. A opção por esse segundo recorte (de MS) se justifica por tratar-se de um estado que faz divisa com Goiás, mas tem características distintas no que se refere à presença indígena na atualidade.

A comparação dos topônimos dos dois recortes pretende ser mais uma contribuição para se verificar em que medida as características do ambiente se reflete na língua, nesse caso, nos nomes de acidentes geográficos.

No Quadro 04, comparam-se aspectos dos dados e dos dois recortes geográficos.

Quadro 04 – Aspectos das duas regiões comparadas

Aspectos comparados	Dados do sul de GO	Dados do sul de MS
Fonte de coleta	mapas do IBGE	mapas do IBGE
Quantidade total de topônimos	941	920
Quantidade de topônimos indígenas	130	339
Percentual de topônimos indígenas	14%	36,8%
Terras indígenas na área da pesquisa (atualmente)	Não	Sim
Região de fronteira com o Paraguai	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria

Como já mencionado, indígenas dos grupos Ava-Canoeiro, Karajá e Tapuia possuem, reconhecidamente, terras no estado de Goiás, mas não em municípios dos quais foram coletados os dados.

Já em Mato Grosso do Sul, de onde se retirou o recorte para comparação, vive atualmente a segunda maior população indígena do Brasil, majoritariamente de Guarani-Kaiowá, e um pequeno grupo de

Terena. Na maioria dos municípios desse recorte, vivem comunidades indígenas em terras consideradas tradicionalmente ocupadas. A título de exemplo, citam-se alguns desses municípios: Amambai, Caarapó, Dourados, Iguatemi, Itaporã, Paranhos, Tacuru.

Além da significativa presença de populações indígenas falantes de Guarani Nandeva e de Guarani Kaiowá, é importante lembrar que parte do sul de Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai, que tem o Guarani como uma das línguas oficiais.

Voltando aos itens lexicais de origem tupi que mais produziram topônimos no recorte de Goiás (*buriti, tapera, sapé, sucuri, guariroba* e *taboca*), verifica-se que, com exceção de *taboca*¹⁰, esses também ocorrem em municípios do sul de Mato Grosso do Sul em topônimos como córrego *Buriti* (Antônio João, Bataguassu), córrego *da Tapera* (Amambai, Dourados, Maracaju), córrego *Sapé* (Rio Brilhante), córrego *Sucuri* (Dourados), córrego *Guariroba* (Dourados, Itaporã, Ponta Porã).

A partir dessas comparações e considerando que os itens estão aportuguesados, incorporados ao léxico da língua portuguesa e registrados em dicionários de língua portuguesa, é possível afirmar que, ainda que a presença dos referentes nomeados por essas formas linguísticas apareçam mais recorrentemente em algumas regiões e por isso motive uma quantidade maior de topônimos, trata-se de itens de uso bastante generalizado no território brasileiro e, por isso, não são, exatamente, particularidade das regiões investigadas.

A propósito, os itens lexicais de procedência indígena que se tornaram topônimos de acidentes físicos da região tomada para estudo em Goiás, com exceção apenas de *Paranaíba, Aporé* e *Tinguá*, estão registrados em dicionários de língua portuguesa.

Já na toponímia do sul de Mato Grosso do Sul, especificamente, verifica-se que, além dos topônimos formados a partir de palavras da língua portuguesa de origem Tupi, que provavelmente ocorreria em qualquer recorte toponímico tomado para estudo, é possível constatar a presença de topônimos formados a partir de lexias que integram as línguas indígenas faladas atualmente na região, especialmente o Guarani e o Kaiowá. Para ilustrar, citam-se alguns exemplos transcritos de acordo com a grafia encontrada nos mapas de onde foram coletados: córrego *Iguirá Morotim*

¹⁰ No recorte de MS, não aparecem topônimos formados a partir de *taboca*, mas a partir da forma que seria equivalente, *taquara* (e derivados): córrego *Taquara* (Caarapó, Itaporã), córrego *Taquaral* (Dourados), rio *Taquara* (Juti).

(Amambai), córrego *Mborevi-Iguá* (Amambai), córrego *Apa-mi* (Antônio João), córrego *Mboicará* (Caarapó), córrego *Jaguapiru* (Dourados), rio *Piratinim* (Laguna Caarapã), rio *Anhanduí* (Nova Alvorada do Sul), ribeirão *Piravevê* (Angélica), córrego *Curussu-Ambá* (Coronel Sapucaia), córrego *Nhu-Verá* (Coronel Sapucaia), ribeirão *Piravevê* (Deodápolis, Ivinhema), córrego *Jacareí* (Japorã), córrego *Boyaguá* (Naviraí), córrego *Nhu-Guaçu* (Paranhos), córrego *Leiva-Cuê*¹¹ (Paranhos).

Considerando o conjunto dos 339 designativos indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul, as taxionomias mais produtivas foram os fitotopônimos e os zootopônimos, coincidindo, portanto, com as mais produtivas verificadas no recorte de Goiás.

5 Considerações finais

Este estudo pretendeu, conforme estabelecido, lançar um olhar ao conjunto de topônimos de origem indígena de municípios que integram a atual Região Geográfica Intermediária de Rio Verde (GO).

A partir da pesquisa em obras lexicográficas, verificou-se que, com poucas exceções, os designativos geográficos do recorte analisado têm origem no Tupi, língua que se espalhou por todo o país durante o processo de colonização, exploração e ocupação do território, independentemente da fixação ou não de povos indígenas nas regiões. No que se refere à motivação, a pesquisa demonstrou que elementos constitutivos da vegetação e da fauna do espaço circundante encontram-se mais frequentemente refletidos na nomeação, como ocorre em outras regiões independentemente da origem linguística dos topônimos.

Em relação à produtividade, constatou-se que cerca de 14% dos acidentes físicos dos municípios estudados têm topônimos de origem indígena, estando entre os mais recorrentes *Buriti*, *Tapera*, *Sapé*, *Sucuri*, *Guariroba* e *Taboca*. Ainda que topônimos como esses não sejam característicos apenas da região investigada, a recorrência maior ou menor de determinados nomes pode indicar que alguns referentes são mais abundantes ou mais relevantes para a população que vive ou viveu no local.

¹¹ A propósito, “cuê” é um formante que se repete em dezenas de topônimos com estruturas híbridas – português + guarani na região. Guash e Ortiz (2001, p. 611) registram *kue* com o seguinte sentido: “sufijo de pasado o de cosa separada de su propio sitio: *hogakue*: la que fue casa del él [...]”.

A propósito da estrutura morfológica, a análise evidenciou que os nomes aparecem isoladamente, com ou sem o acréscimo de sufixações e desinências, constituindo-se como topônimo simples, ou combinam-se com outras formas linguísticas, especialmente adjetivos, apresentando-se de forma composta. Nesse último caso, com frequência, tem-se também casos de hibridismos, uma vez que ao item de origem indígena acrescenta-se uma forma linguística de outra procedência.

Também foi objetivo da pesquisa comparar os dados coletados no sul de Goiás, onde não há, atualmente, a presença de povos indígenas com os de outra região onde vive um contingente significativo dessa população – região sul de Mato Grosso do Sul. O cotejamento de dados dos dois recortes permitiu verificar que os resultados são muito distintos. Primeiramente porque, no Mato Grosso do Sul, a proporção de topônimos indígenas é bem maior e depois porque, além daqueles de origem Tupi, também encontrado no recorte de Goiás, há uma grande quantidade que se origina das línguas ainda faladas pelos indígenas da região.

A análise dos topônimos, sobretudo acerca da motivação e da comparação com os dados de parte de Mato Grosso do Sul, deixa evidente que a constituição do ambiente físico e cultural se reflete nos nomes de lugar. Assim, comprova-se, em outras palavras, que realidades distintas produzem conjuntos toponímicos distintos.

Diante desses resultados, considera-se o estudo uma contribuição para o conhecimento da toponímia indígena de Goiás, bem como da toponímia brasileira de modo geral. Além disso, entende-se que as discussões apresentadas neste texto, em momento posterior, poderiam se ampliar a partir da comparação dos resultados obtidos com dados dos municípios goianos aqui elencados com dados dos municípios onde vivem atualmente, em Goiás, os Ava-canoeiro, os Tapuia e os Karajá, por exemplo.

Declaração de autoria

Declaramos que colaboramos de forma igualitária na produção deste artigo. Como pesquisadores do Grupo de Pesquisa Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS, coletamos e analisamos os dados em reuniões periódicas, assim como escrevemos e revisamos nossas escritas, de forma que o resultado apresentado com este texto resulta do esforço conjunto de ambos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

Referências

- ATAÍDES, J. M. A Chegada do Colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, M. C. O. (org.) *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006, p. 51-88.
- BACKHEUSER, E. Toponímia. Suas regras, sua evolução. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, v. 9/10, n. 25, p. 163-195, 1952.
- BRANDÃO, A. S.; RIBEIRO, S. S. C.; ABBADE, C. M. S. Análise da motivação dos nomes dos acidentes físicos nos municípios do Portal do Sertão – BA. *PAPÉIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – UFMS, Campo Grande*, v. 24 p.121-147, 2020. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/papeis/issue/view/637>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- CASAL, M. A. *Corografia brasileira*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- DICK, M. V. P. A. Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: A toponímia do estado de São Paulo. *Investigações. Lingüística e Teoria Literária*. São Paulo, v. 9, p. 119-148, 1999.
- DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Arquivo do Estado: São Paulo, 1990a.
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990b.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Modalidade de terras indígenas*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- GUASCH, A.; ORTIZ, D. *Diccionario Castellano-Guaraní*. Guaraní Castellano. 13. ed. Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”. Asunción, Paraguay, 2008.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Objetiva, 2009. Versão digital 1.0

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017/IBGE*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E DE ESTATÍSTICA. *IBGE*. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil. Mebêngôkre (Kayapó)*. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebêngôkre_\(Kayapó\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebêngôkre_(Kayapó)). Acesso em: 31 jan. 2022.

ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. A “trilha” dos buritis no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: BARROS, L. A.; ISQUERDO, A. I. (orgs.). *O léxico em foco*. Múltiplos olhares. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 1, p. 79-91.

ISQUERDO, A. N. A toponímia como signo da representação de uma realidade. *Fronteiras – Revista de História (UFMS)*. Campo Grande, v. 1, n.2, p.27-46, 1997.

PEREIRA, R. R. *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano*. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Campo Grande: UFMS, 2009.

PIMENTEL, P. C. G. Breve estudo sobre a ocorrência de Buriti e de suas variantes como designativos toponomásticos na mesorregião Central Mineira. *Revista GTLex*, Uberlândia, v. 6, n. 1, p.118-128, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/57523>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SAMPAIO, T. *O Tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: *Linguística e Ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica: 1969, p.43-49.